

BASE AÉREA DE ANÁPOLIS

Estudo Técnico Preliminar 28/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 67281.001638/2026- 77

2. Descrição da necessidade

A prestação do serviço se justifica em razão da Seção de Hospedagem e Encargos Especiais e o Grupo de Segurança e Defesa da Base Aérea de Anápolis, não possuir em sua estrutura, recursos materiais e humanos para execução do serviço objeto desta contratação.

O serviço é considerado de natureza continuada, tendo em vista ser de extrema necessidade para a manutenção das atividades desenvolvidas pela Seção de Hospedagem e Encargos Especiais e o Grupo de Segurança e Defesa da Base Aérea de Anápolis. A sua interrupção irá comprometer a continuidade dessas atividades, provocando transtornos diretos ao usuário. Dessa forma, faz-se necessário que a contratação se dê de maneira contínua, estendendo-se por mais de um exercício financeiro. Ressalta-se que os serviços serão realizados de acordo com a demanda.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Hospedagem e Encargos Especiais	JANAINA SILVA CARVALHO 2º Ten QOCON ADM

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de **Serviços Comuns**, nos termos do art. 14 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 05, de 26 de maio de 2017, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no ato convocatório por meio de especificações usuais do mercado.

A prestação do serviço será realizada por empresa contratada sob o regime de execução indireta, **não gerando vínculo empregatício** entre os empregados da contratada e a Administração Pública. Vedam-se qualquer relação que caracterize pessoalidade, subordinação direta ou configuração de emprego público, em observância ao art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

A execução dos serviços terá início após o término do contrato vigente, mediante emissão de **Ordem de Serviço** (ou instrumento equivalente), cabendo ao setor requisitante/afeto a emissão do correspondente documento e o acompanhamento da transição.

Os **requisitos mínimos** do serviço são os seguintes:

- **Padrões mínimos de qualidade do serviço:** Os serviços de lavanderia deverão ser executados com observância das boas práticas de processamento de roupas, garantindo a completa remoção de sujidades, manchas e microrganismos, bem como a integridade e durabilidade dos tecidos. A contratada deverá entregar as roupas limpas, secas, e embaladas adequadamente, em conformidade com os prazos e quantidades demandados pela Administração. Os processos de lavagem, secagem, centrifugação e acabamento devem assegurar higiene, ausência de resíduos químicos e qualidade compatível com o uso institucional.
- **Catálogo eletrônico de padronização:** Não será utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras do Governo Federal, uma vez que o serviço de lavanderia possui especificidades operacionais, logísticas e sanitárias locais que não se enquadram integralmente nas especificações padronizadas nacionais.
- **Crítérios e práticas de sustentabilidade:** Deverão ser observadas as seguintes práticas sustentáveis, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: • Utilização preferencial de detergentes, sabões e produtos químicos com menor impacto ambiental (biodegradáveis ou com certificação ambiental, quando disponíveis no mercado); • Medidas de redução do consumo de água e energia elétrica no processo de lavagem; • Destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados (embalagens, resíduos têxteis e efluentes, observada a Política Nacional de

Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010); • Priorização de veículos de baixo consumo ou com menor emissão de poluentes para o transporte de roupas sujas e limpas. Tais obrigações constarão como especificações técnicas do objeto ou como obrigações da contratada e serão objeto de fiscalização periódica pela Administração.

- **Enquadramento como atividade acessória:** Os serviços de lavanderia constituem **atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares** aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão/entidade (apoio ao funcionamento das unidades institucionais /hospitais), nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, não se tratando de atividade-fim da Administração.
- **Garantias e assistência técnica:** A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados durante todo o período de execução do contrato. Eventuais vícios, danos ou não conformidades nas roupas processadas (ex.: manchas remanescentes, encolhimento excessivo ou danos aos tecidos) deverão ser reparados ou ressarcidos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração. Não se exige garantia formal pós-contratual, dada a natureza contínua do serviço e a possibilidade de fiscalização permanente.
- **Frete, entrega e realização do serviço:** A contratada será responsável pela coleta da roupa suja e pela entrega da roupa limpa nas dependências indicadas pela Administração (ou em local previamente acordado), sem ônus adicional. O transporte deverá ser realizado em veículos adequados, limpos e cobertos, de forma a evitar contaminação cruzada entre roupa suja e limpa, respeitando-se as barreiras sanitárias necessárias.
- **Requisitos específicos de habilitação técnica e normas:** A contratada deverá atender às normas técnicas aplicáveis ao processamento de roupas, em especial a **Resolução RDC nº 6/2012 da ANVISA** (Boas Práticas para Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde), ao Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde da ANVISA e às normas da ABNT pertinentes (quando aplicáveis). A empresa deverá possuir alvará sanitário/licença de funcionamento emitido pelo órgão de vigilância sanitária competente, bem como profissional tecnicamente responsável pelo serviço.
- **Subcontratação:** A subcontratação **não será permitida**

5. Levantamento de Mercado

A solução técnica indicada neste Estudo Técnico Preliminar — contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia sob o regime de execução indireta — apresenta-se como opção consolidada em diversos órgãos públicos da Administração Pública federal, estadual e municipal, especialmente em unidades hospitalares e institucionais.

A forma e as condições de prestação dos serviços observam o padrão usualmente adotado por empresas privadas do setor de lavanderia institucional e hospitalar. Tal modelagem demonstra a adequação das especificações técnicas e condições contratuais aos requisitos e práticas correntes do mercado, garantindo a compatibilidade com as necessidades operacionais do órgão.

Considerando o dinamismo do mercado de serviços de lavanderia, foi realizada análise quanto à existência de inovações tecnológicas ou novas modelagens de prestação de serviço que pudessem tornar mais vantajosa outra solução. Verificou-se que, embora o setor apresente avanços pontuais (tais como o uso de equipamentos com maior eficiência energética, detergentes de baixa toxicidade, sistemas de rastreamento de enxoval e processos automatizados de controle de qualidade), a contratação de empresa especializada para execução externa do serviço continua sendo a solução mais viável, adequada e econômica para a Administração.

A internalização do serviço (execução direta) foi avaliada e descartada por demandar elevado investimento em infraestrutura (máquinas industriais, área física adequada, tratamento de efluentes, mão de obra especializada e licenças sanitárias), aumento de custos com pessoal e encargos sociais, além de exigir capacitação contínua da equipe, o que tornaria a solução menos vantajosa economicamente e mais complexa do ponto de vista operacional e de gestão.

Dessa forma, a solução ora proposta — contratação externa de serviços de lavanderia — mostra-se como a opção mais adequada, exequível e vantajosa à instituição, especialmente diante do volume de roupas a ser processado, da necessidade de observância das normas sanitárias (RDC ANVISA nº 6/2012) e da possibilidade de fiscalização contínua pela Administração. Tal conclusão está em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 05, de 26 de maio de 2017.

6. Descrição da solução como um todo

A demanda do órgão para os serviços de lavanderia decorre da necessidade de processamento contínuo, seguro e higiênico de roupas utilizadas nas atividades operacionais, administrativas e de saúde da Base Aérea de Anápolis, com perspectiva de aumento de volume em razão da chegada de novas unidades.

Para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração — ou seja, a prestação de serviços de lavanderia com qualidade, higiene, agilidade, observância das normas sanitárias (especialmente a RDC ANVISA nº 6/2012) e garantia de continuidade do apoio logístico —, os seguintes elementos serão contratados/executados:

- Coleta de roupas sujas nas dependências indicadas pela Administração;
- Transporte seguro das roupas sujas até a lavanderia da contratada, com separação adequada para evitar contaminação cruzada;
- Processamento completo da lavanderia, compreendendo lavagem, centrifugação, secagem, passagem (quando aplicável), dobragem e embalagem das peças;
- Entrega das roupas limpas nas dependências da Administração, devidamente acondicionadas, identificadas e em condições higiênicas;
- Controle de qualidade e higienização, garantindo a remoção de sujidades, manchas e microrganismos;

- Gestão operacional, incluindo emissão de relatórios periódicos de quantidade processada, índices de conformidade e não conformidades.

A unidade de medida para fins de medição, controle e pagamento dos serviços será o **quilograma (kg)** de roupa lavada e processada. O serviço será contratado exclusivamente por **preço unitário por quilograma**, permitindo o pagamento proporcional à quantidade efetivamente processada durante a vigência do contrato.

Essa modelagem de contratação por preço unitário por kg foi escolhida por oferecer maior flexibilidade diante da demanda variável, pagamento apenas pelo serviço efetivamente prestado, facilidade de fiscalização e medição, além de alinhar-se às melhores práticas de mercado para serviços de lavanderia de demanda flutuante.

Justificativa das exigências de habilitação econômico-financeira e técnica

Considerando a natureza continuada do serviço, o volume financeiro envolvido, a necessidade de regularidade na prestação e os riscos inerentes ao processamento de roupas (especialmente em ambiente militar/aeroespacial, com exigências de higiene e controle de contaminação), faz-se necessária a comprovação da qualificação econômico-financeira e técnica dos licitantes, nos termos dos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

6.1. Qualificação econômico-financeira

A exigência de certidões negativas de falência/insolvência, apresentação de balanços patrimoniais e demonstrações contábeis dos últimos exercícios, comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como a exigência subsidiária de Capital Circulante Líquido e/ou Patrimônio Líquido mínimo, tem por finalidade demonstrar que o licitante possui aptidão econômica suficiente para suportar os custos operacionais de uma lavanderia industrial (máquinas, consumo de água e energia, mão de obra especializada, produtos químicos, frota de transporte e eventuais indenizações por danos aos enxovais).

Tais exigências são proporcionais ao objeto, uma vez que se trata de serviço continuado com execução por 12 meses e possibilidade de prorrogação, demandando capacidade de cumprimento de obrigações contratuais de forma ininterrupta, sem risco de interrupção por dificuldades financeiras da contratada.

6.2. Qualificação técnica

A qualificação técnico-operacional e técnico-profissional é indispensável em razão da complexidade sanitária e operacional do serviço. A lavanderia institucional exige rigoroso controle de processos para garantir a eliminação de microrganismos, prevenção de contaminação cruzada e conformidade com as Boas Práticas de Processamento de Roupas (RDC ANVISA nº 6/2012).

Assim, justificam-se as seguintes exigências:

- Declaração de conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação;
- Comprovação de aptidão para execução de serviços similares por meio de atestados que demonstrem experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços de lavanderia, podendo ser somados atestados de períodos diferentes;
- Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Anápolis no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da vigência do contrato (para facilitar o atendimento, coleta e entrega);
- Indicação de profissional(is) tecnicamente responsável(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente e detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por serviços semelhantes, que efetivamente participarão da execução do contrato.

Tais requisitos asseguram que a contratada possua estrutura operacional, experiência comprovada e profissionais qualificados para executar o serviço com a qualidade e segurança exigidas pela Administração, minimizando riscos à saúde, à integridade dos enxovais e à continuidade do serviço.

Dessa forma, os elementos descritos, aliados às exigências de habilitação devidamente justificadas, são indispensáveis para que a contratação atinja de forma satisfatória o escopo eleito, com observância dos princípios da economicidade, eficiência e segurança sanitária.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades dos serviços foram estimadas de acordo com a demanda apresentada anteriormente, conforme especificado no Anexo I do ETP, onde foi registrada a quantidade por kg de roupas lavadas nos últimos 12 meses. Foi considerado uma majoração de 40% no comparativo do último ano de consumo considerando as previsões exercícios técnicos que serão realizadas nesta OM.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 269.750,00

A pesquisa de preços foi feita conforme Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 - Ministério da Economia, a qual dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Os orçamentos realizados através do sítio governamental se encontram anexados aos autos. O valor de referência utilizado foi a mediana dos preços obtidos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme § 3º do Artigo 40 da Lei 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando:

"II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;"

Desse modo, levando-se em conta a natureza similar dos cargos ora demandados, e com a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos, e buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços, haverá o agrupamento de atividades, sendo utilizado como critério de julgamento o valor global.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A fim de atender ao objetivo da Seção de Hospedagem e Encargos Especiais e do Grupo de Segurança e Defesa da Base Aérea de Anápolis, a contratação é contemplada no Programa de Trabalho Anual da BAAN.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O presente processo de contratação visa assegurar que os atendimentos prestados pela Seção de Hospedagem e Encargos Especiais e pelo Grupo de Segurança e Defesa da Base Aérea de Anápolis sejam de qualidade e com efetividade e eficácia nos resultados para um breve retorno dos militares e dependentes as atividades de vida diária e profissional. Visando garantir a segurança e qualidade dos serviços, é necessária a contratação de empresa especializada nesse serviço.

13. Providências a serem Adotadas

No caso em tela não haverá necessidade de providências para adequação do ambiente ao órgão. Não se faz necessária a adaptação do ambiente para recebimento do serviço. Não é necessária a capacitação de servidores para o acompanhamento dos serviços.

O fiscal/gestor do contrato será um membro da área técnica designado posteriormente, que será responsável por acompanhar a execução dos serviços e avaliar se estão sendo bem executados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os bens constantes no Termo de Referência deverão contemplar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando for o caso:

- a) que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e

e) que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange a solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO VIEIRA SANTOS

Membro da equipe de Planejamento

JANAINA SILVA CARVALHO

Membro da equipe de Planejamento

LIGIA MARIA DE ALENCAR OLIVEIRA

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP 028-2026
Data/Hora de Criação:	01/04/2026 16:46:38
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	4cc87572d0fb200c6ee60cd66c866e5d
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento LEONARDO VIEIRA SANTOS no dia 01/04/2026 às 14:07:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten JANAINA SILVA CARVALHO no dia 01/04/2026 às 14:11:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento EMIVAL ALVES NETO no dia 15/04/2026 às 11:19:59 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIGIA MARIA DE ALENCAR OLIVEIRA no dia 24/04/2026 às 16:34:15 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO